

Plano urbanístico violado

Professor da UnB diz que barracas ao lado do Carrefour são irregulares. Administração contesta

RICARDO MARQUES

Os camelôs que trabalham no canteiro central da avenida ao lado do Carrefour Sul estão agredindo o plano urbanístico da cidade com estruturas de ferro e calçadas no lugar da grama. A observação é do professor Antônio Carlos Carpintero, do Departamento de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo da UnB.

"Não é ilegal, mas agride o plano urbanístico da cidade", explica Carpintero. Segundo ele, a irregularidade é semelhante à que ocorre na Torre de TV, onde as barracas são praticamente permanentes e alteram a proposta arquitetônica do lugar.

Do ponto de vista fiscal, não há irregularidades, aparentemente, pois os comerciantes pagam taxas à Administração Regional e à Receita Federal. Mas há uma controvérsia relacionada ao uso do espaço, originalmente destinado a artesãos e hoje ocupado quase que exclusivamente por pessoas que vendem produtos industrializados, como mesas, camas, bancos para carros e churrasqueiras, além de animais de estimação.

O artesão Hélio de Carvalho, que trabalha no local há seis anos, afirma que o espaço estava abandonado quando os comerciantes chegaram. "Só tinha lixo e mato aqui. Nós cuidamos, investimos e não

prejudicamos ninguém", destaca. Ele afirma que a estrutura utilizada para cobrir as mercadorias podem ser facilmente removidas.

A Administração Regional do Guará, responsável pela área, autoriza o funcionamento do comércio sob o argumento de que a instalação dos camelôs não apresenta irregularidade urbanística. A justificativa é que o Plano Diretor Local da cidade ainda está sendo implementado pela Secretaria de Habitação. De acordo com a assessoria de comunicação da administração, há um projeto de lei propondo que o local seja transformado em feira de artesanato.

O presidente da Associação dos Camelôs do Carrefour Sul, José Bezerra de Carvalho, afirma que os 60 comerciantes e artesãos recolhem R\$ 56 para a administração e pagam taxa que varia de R\$ 16 a R\$ 25 à Receita Federal. "Eles levam toda a mercadoria de quem não paga a taxa", diz.

Apesar de a área haver sido originalmente reservada a produtos artesanais, Bezerra afirma que cada comerciante tem autorização para vender um tipo de produto diferente.

A venda desses produtos é bem vista pelos artesãos. "Não me incomoda com eles. Pelo contrário, atraem os clientes", diz o comerciante Raimundo Lindolfo.



Estruturas de ferro e substituição da grama por cimento no canteiro desfiguram avenida